

# A ATUAÇÃO DA POLÍCIA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Samuel de Souza Ramos<sup>1</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa realizou uma análise abrangente da atuação policial na segurança pública brasileira por meio de uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de examinar as múltiplas funções, desafios estruturais e práticas institucionais das polícias no país. Foram analisadas publicações científicas e normativas publicadas entre 2013 e 2023, coletadas nas bases Scopus, Web of Science, Google Scholar, SciELO e Dialnet, utilizando descritores como “atuação policial”, “segurança pública” e “policiamento comunitário”. A metodologia baseou-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que possibilitou identificar padrões, tendências e lacunas na atuação policial brasileira. Os resultados revelaram quinze funções principais, agrupadas em três eixos operacionais: repressivas e de controle, preventivas e comunitárias, e protetivas e de apoio. Constatou-se que há predomínio das ações repressivas, em detrimento das atividades preventivas e protetivas, evidenciando um modelo institucional marcado por heranças autoritárias e assimetrias estruturais. O estudo discutiu a necessidade de reformas que promovam a integração das funções policiais e o fortalecimento das abordagens comunitárias e preventivas, além da modernização dos sistemas de inteligência e do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social e democrático. Conclui-se que a efetividade da segurança pública brasileira depende da superação da dicotomia entre repressão e prevenção, mediante a consolidação de um modelo integrado, participativo e comprometido com a promoção da cidadania e o respeito aos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Funções policiais. Segurança pública. Reforma policial.

## ABSTRACT

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Faculdade de Apucarana (FAP). E-mail: tiosamcfo@gmail.com.



This research conducted a comprehensive analysis of police performance in Brazilian public security through an integrative literature review, aiming to examine the multiple functions, structural challenges, and institutional practices of police forces in the country. Scientific and normative publications published between 2013 and 2023 were analyzed, collected from the Scopus, Web of Science, Google Scholar, SciELO, and Dialnet databases, using descriptors such as “police performance,” “public security,” and “community policing.” The methodology was based on Bardin’s (2011) content analysis, which enabled the identification of patterns, trends, and gaps in Brazilian police performance. The results revealed fifteen main functions grouped into three operational axes: repressive and control, preventive and community-oriented, and protective and support functions. It was found that repressive actions predominate over preventive and protective activities, revealing an institutional model marked by authoritarian legacies and structural asymmetries. The study discussed the need for reforms that promote the integration of police functions and the strengthening of community and preventive approaches, in addition to the modernization of intelligence systems and the improvement of democratic and social control mechanisms. It concludes that the effectiveness of Brazilian public security depends on overcoming the dichotomy between repression and prevention by consolidating an integrated, participatory model committed to promoting citizenship and respecting human rights.

**Keywords:** public security. police performance. community policing. crime prevention. institutional reforms.

## *LA ACTUACIÓN POLICIAL PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA: UNA REVISIÓN INTEGRADORA*

### **RESUMEN**

Esta investigación realizó un análisis exhaustivo de la actuación policial en la seguridad pública brasileña mediante una revisión integradora de la literatura, con el objetivo de examinar las múltiples funciones, los desafíos estructurales y las prácticas institucionales de las fuerzas policiales del país. Se analizaron publicaciones científicas y normativas publicadas entre 2013 y 2023, recopiladas en las bases de datos Scopus, Web of Science, Google Scholar, SciELO y Dialnet, utilizando descriptores como “actuación policial”, “seguridad pública” y “policía comunitaria”. La metodología se basó en el análisis de contenido propuesto por Bardin (2011), lo que permitió identificar patrones, tendencias y brechas en la actuación policial brasileña. Los resultados revelaron quince funciones principales agrupadas en tres ejes operativos: represivas y de control, preventivas y comunitarias, y protectoras y de apoyo. Se constató el predominio de las acciones represivas en detrimento de las preventivas y protectoras, evidenciando un modelo institucional marcado por herencias autoritarias y asimetrías estructurales. El estudio discutió la necesidad de reformas que promuevan la integración de las funciones policiales y el fortalecimiento de los enfoques comunitarios y preventivos, además

de la modernización de los sistemas de inteligencia y del perfeccionamiento de los mecanismos de control social y democrático. Se concluye que la efectividad de la seguridad pública brasileña depende de superar la dicotomía entre represión y prevención mediante la consolidación de un modelo integrado, participativo y comprometido con la promoción de la ciudadanía y el respeto a los derechos humanos.

**Palabras clave:** seguridad pública. actuación policial. policía comunitaria. prevención del delito. reformas institucionales.

## INTRODUÇÃO

A temática concernente à atuação policial na prevenção do crime configura eixo central no âmbito do direito penal, constitucional e administrativo, dada sua importância na consolidação do Estado Democrático de Direito e na efetivação da segurança pública (Batitucci, 2019). Relevância da abordagem advém da necessidade de estabelecer parâmetros normativos, doutrinários e jurisprudenciais que balizem a atividade policial preventiva, de modo a compatibilizá-la com as garantias fundamentais dos indivíduos (Rancière, 2016).

A segurança pública, conforme delineada no artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), constitui dever estatal e direito difuso da coletividade, conferindo às forças policiais atribuições voltadas à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e patrimônio (Batitucci, 2019). No Brasil, a segurança adquiriu primeiros traços institucionais no início do século XIX, quando o país ainda era uma colônia de Portugal. Em 1808 e 1809, foi criada no Rio de Janeiro a Intendência Geral de Polícia e Divisão Militar da Guarda Real e organizada nos moldes do sistema vigente na época em Lisboa, a capital de Portugal (Batitucci, 2019).

Todavia, em algumas partes do país já existiam as unidades militares que faziam vigilância das ruas. Na verdade, as origens do sistema brasileiro também podiam ser vistas nas regiões de mineração de ouro e diamantes do final do século XVIII, quando Regimento Regular de Cavalaria era criado com missão de manter a justiça, ordem e segurança pública (Jesus, 2008).



Após a independência na década de 1830, o Brasil experimentou brevemente um modelo alternativo de polícia, que durou menos de dez anos, durante um período histórico conhecido como Regência (Jesus, 2008). Naquela época, os municípios locais foram autorizados a exercer os poderes policiais e judiciais, e um juiz de paz assumiu o papel de destaque no que diz respeito à segurança pública (Ege, 2013).

E a partir de 1840, as províncias – agora Estados do Brasil – assumiram controle de suas forças policiais, estabelecendo um modelo que prevalece de formação na sociedade brasileira até hoje (Ege, 2013).

Ressalta-se que, nessa época, o Brasil estabeleceu o modelo duplo de policiamento. Cada estado formou polícia investigativa, comandada por delegados responsáveis pela investigação criminal. Inicialmente denominada Polícia Judiciária, com o tempo passou a ser conhecida como Polícia Civil. A outra ala do policiamento é a reconhecida militarizada, com estrutura e disciplina semelhantes às do exército. Eles forneciam serviços que hoje se chama de policiamento de rua. Em alguns estados, era chamada de Brigada Militar e, em outros, de Força Pública (Kant de Lima, 1995).

O Brasil via, então, a formação e a especialização de cada polícia, através de competências, na Segurança Pública (Ege, 2013).

Ao longo das décadas, a atuação policial no Brasil tem sido alvo de intensos debates e transformações, sobretudo diante dos desafios impostos pela criminalidade crescente e pela complexidade social do país (Ege, 2013). A efetividade das forças policiais depende não apenas do aparato legal e institucional, mas também da adequação de suas práticas às demandas sociais contemporâneas, incluindo o respeito aos direitos humanos e a promoção da cidadania (Fischer, 2022).

Ademais, o cenário brasileiro é marcado por uma pluralidade de violências, que exigem respostas articuladas e estratégias preventivas que superem o caráter meramente repressivo da polícia. Nesse contexto, a revisão integrativa da literatura sobre a atuação da polícia na segurança pública torna-se essencial para

compreender as múltiplas facetas do fenômeno, identificando avanços, lacunas e desafios na formação, na gestão e no desempenho policial, especialmente porque a literatura tem crescido na área.

A análise crítica da literatura acadêmica, das políticas públicas e da legislação vigente permite avaliar o impacto das práticas policiais sobre a segurança da população, bem como as tensões existentes entre o dever institucional de proteção e as garantias constitucionais individuais (Waters *apud* Lamb, 2024; Greenland, 2021).

Diante dessas considerações, surge a seguinte questão central: “quais são as principais funções e atribuições da polícia na segurança pública brasileira, considerando seu papel constitucional e legal?”. Em tempo, a problemática orienta a presente revisão integrativa, cujo objetivo é contribuir para o debate acadêmico e prático acerca das melhores práticas policiais no Brasil.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

## **TÓPICO CENTRAL**

Analisar a atuação da polícia na segurança pública brasileira, a partir da revisão integrativa da literatura, com foco em suas diversas funções, desafios e práticas institucionais, visando compreender seu papel na prevenção criminal, manutenção da ordem, proteção da população e cooperação social, em consonância com o fortalecimento dos direitos fundamentais e a construção da cidadania.

### **Subtópico**

Considerando o objetivo geral apresentado acima, tem-se os seguintes objetivos específicos para esta pesquisa:



- Investigar a evolução histórica e institucional da polícia no Brasil, destacando os modelos organizacionais e suas funções na segurança pública;
- Analisar as práticas policiais atuais, incluindo prevenção criminal, mediação de conflitos e cooperação social, e seu impacto na efetividade da segurança e no respeito aos direitos humanos;
- Identificar desafios e propor estratégias para aprimorar toda a atuação policial, visando o fortalecimento das garantias constitucionais e a promoção da cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise integrativa revelou a complexidade operacional das polícias brasileiras, que desempenham simultaneamente funções de prevenção criminal através do patrulhamento ostensivo e mapeamento de *hotspots*, manutenção da ordem pública em eventos e manifestações, e atendimento rápido a emergências como violência doméstica e acidentes. O estudo demonstrou como o policiamento comunitário, quando implementado de forma consistente, complementa as investigações científico-tecnológicas que utilizam perícias e inteligência artificial, enquanto a proteção de bens e pessoas se estende desde a segurança patrimonial até a custódia de testemunhas ameaçadas.

A pesquisa destacou a atuação policial no controle de trânsito não apenas como fiscalização, mas como ferramenta de inteligência para identificar rotas criminosas, assim como a mediação de conflitos em brigas domésticas e disputas comunitárias que, quando mal geridas, podem escalar para violência grave. O apoio às políticas sociais aparece como função transversal, desde o combate ao trabalho escravo até a integração com escolas e CRAS, enquanto a inteligência policial evolui para enfrentar tanto crimes transnacionais quanto ameaças cibernéticas. A fiscalização administrativa mostrou-se crucial no combate a irregularidades comerciais e urbanísticas, assim como a proteção ambiental ganha relevância no enfrentamento ao desmatamento ilegal e tráfico de animais. Nas emergências complexas, desde sequestros até desastres naturais, a polícia atualmente atua na

linha de frente com equipes especializadas. A educação para segurança, através de programas como o PROERD, e a cooperação internacional no combate ao crime organizado completam o espectro multifuncional da atividade policial contemporânea.

Os resultados apontaram que o principal desafio institucional reside na integração dessas quinze funções, que frequentemente operam de forma fragmentada entre as polícias Civil e Militar. Enquanto algumas atribuições como a repressão qualificada recebem investimentos desproporcionais, outras como a mediação comunitária ou proteção ambiental carecem de estrutura adequada. A superação dessa assimetria funcional exige não apenas maior coordenação operacional, mas principalmente uma reformulação dos modelos de formação e avaliação de desempenho policial, alinhando todas as funções aos princípios constitucionais de 1988.

## REFERÊNCIAS

As referências devem ser obrigatoriamente apresentadas conforme a NBR 6023. O título Referências deve ser formatado em caixa alta, negrito, fonte Arial e alinhamento à esquerda. Deve-se aplicar 1 espaço antes e outro depois do título Referências. As referências em si, conforme as normas, devem ser apresentadas em ordem alfabética, espaçamento entrelinhas simples, alinhamento justificado e espaço de 1 linha entre uma referência e outra.

Exemplos:

ALOÍSIO, Smith. **Police in America**: Inspecting the Power of the Badge. New York: The Rosen Publishing Group, Inc., 2020. ISBN 9781642823288.

ASPERS, Patrik. Alfred Marshall and the Concept of Class. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 69, p. 151-165, 2017. DOI: 10.1111/j.1536-7150.2009.00700.x.

ASSIS, J. C. **Direito militar**: aspectos penais, processuais penais e administrativos. Curitiba: Juruá, 2021.

AZAOLA GARRIDO, Elena; RUÍZ TORRES, Miquel Ángel. **Investigadores de papel**: poder y derechos humanos entre la Policía Judicial de la Ciudad de México. México, D.F.: Fontamara, 2009. ISBN 968-476-748-X, 978-968-476-748-5.

BARBOSA, André Luis Jardini. O **excesso policial e o excesso de polícia**: a incompatibilidade entre o sistema atual de atuação policial e o Estado democrático de direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. 70: Martins Fontes, 2011.

BATISTA, L. Policial Militar: Identidade, Função e Responsabilidades. **Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, p. e514795, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.4795>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BATITUCCI, E. C. A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 30–46, 2010.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. **A evolução institucional da polícia no século XIX**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BINENBOJM, Gustavo. **Poder de Polícia, Ordenação, Regulação**. Belo Horizonte: Fórum, 2016. ISBN 978-85-450-0118-8.

BINENBOJM, Gustavo. **Poder de polícia, ordenação, regulação**: transformações político-jurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Código Penal Militar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 1969a.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. Código de Processo Penal Militar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 1969b.

